

## **EDUCAÇÃO E JUVENTUDE MINEIRA: desafios no acesso ao ensino superior**

Alexandre Henrique Martins da Fonseca

Ariel Morelo Vianna

Bruno Lazzarotti Diniz Costa

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo discutir como as desigualdades afetam a juventude no acesso ao ensino superior em Minas Gerais, em comparação com os outros estados do sudeste brasileiro. Será analisada a evolução recente dos efeitos de características individuais (raça e renda familiar) e de local de moradia (urbana, rural, metropolitana) sobre esse acesso, utilizando dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Parte dos resultados indicam que a implementação das políticas de democratização do ensino superior parecem ter cumprido um papel significativo para a promoção do acesso ao ensino superior para jovens negros e de baixa renda, mas que as desigualdades educacionais permanecem significativas. Em relação aos outros estados do sudeste, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos em Minas Gerais é mais baixa, indicando que, em termos comparativos, existem barreiras à juventude mineira que ainda não foram superadas. Ao fim, espera-se elucidar as razões que justifiquem esses dados e contribuir com ideias e questionamentos sobre como promover o acesso equitativo à universidade em Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Desigualdades educacionais. Juventude. Políticas públicas. Educação superior. Minas Gerais.

### **Abstract**

This article aims to discuss how inequalities affect youth in accessing higher education in Minas Gerais compared to other states in southeastern Brazil. The recent evolution of the effects of individual characteristics (race and family income) and place of residence (urban, rural, metropolitan) on this access will be analyzed using data from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua) by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and the Higher Education Census by the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). Some of the conclusions demonstrate that the implementation of policies to democratize higher education has played a significant role in promoting access to higher education for black and low-income youth, but educational inequalities remain significant. In comparison to other states in the southeast, the average education level of the population aged 18 to 29 in Minas Gerais is lower, indicating that, in comparative terms, there are barriers for the youth in Minas Gerais that have not yet been overcome. In the end, the aim is to elucidate the reasons that justify these data and contribute with ideas and questions on how to promote equitable access in university in Minas Gerais

**Keywords:** Educational inequalities. Youth. Public policies. Higher education. Minas Gerais.

*Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo.*

## 1. INTRODUÇÃO

O processo educacional é tratado na literatura como uma ferramenta de desenvolvimento dos indivíduos e que deve ser voltado para a promoção da justiça social. De fato, a educação representa um dos grandes consensos como política pública no Brasil e no mundo e convergem para ela diferentes expectativas. Em uma perspectiva humanista, a educação tem um papel de formação de cidadãos críticos e autônomos. Além disso, na visão tecnicista, a educação desempenha um papel relacionado ao trabalho e a produtividade, garantindo retornos econômicos individuais e o desenvolvimento econômico do país. Como ferramenta de justiça social, a educação sempre foi associada à igualdade de oportunidades e à mobilidade social, permitindo que indivíduos alcancem uma posição social mais elevada (COSTA; LIMA; REIS, 2020).

No entanto, a garantia de igualdade de oportunidades é um desafio que o sistema educacional enfrenta, tendo em seu cerne processos de desigualdades complexos e multidimensionais (MOKATE, 2001). Conforme aponta Silva e Hasenbalg (2002), o sistema educacional possui uma tendência em reproduzir desigualdades sociais existentes e criar outras, pois os recursos familiares e características individuais influenciam o acesso e a progressão escolar dos estudantes. Para além desses fatores exógenos - aspectos sociais, econômicos e culturais -, existem também fatores internos ao sistema escolar - recursos educacionais, infraestrutura e processos de aprendizagem, por exemplo - que colaboram para a manutenção dessas desigualdades. O problema, então, não reside apenas na dificuldade em promover a universalização do acesso, mas também a permanência, a progressão e o aprendizado, além de proporcionar recursos para garantir a qualidade do atendimento, com investimento adequado e formação continuada dos docentes.

Mont'Alvão (2011) afirma que um sistema escolar justo e democrático seria expresso em uma baixa correlação entre a origem social do estudante e seu desempenho e sua progressão escolar. Nesse sentido,

sendo a educação um recurso central para a conquista de melhores posições ocupacionais, de renda ou de status, a democratização das oportunidades educacionais seria um componente fundamental de qualquer estratégia sustentável e de longo prazo de redução da pobreza e da desigualdade (COSTA, LIMA, REIS, 2020, p. 78).

Em um país com proporções continentais e profundamente marcado pela desigualdade, a oportunidade de acesso aos diferentes níveis educacionais segue marcada pela exclusão, tão mais aguda quanto mais elevado é o nível (ou a credencial) observado. Os níveis médio e superior são hoje os maiores gargalos: em uma analogia que se assemelha a um funil, quanto mais avançamos nos níveis educacionais, menos estudantes vamos encontrando. O fenômeno em questão, abordado por diversos autores, revela uma realidade ainda longe de ser superada, apesar dos esforços por parte do poder público (TEIXEIRA, 1999).

A comunidade científica tem, pelos instrumentos e competências de que dispõe, papel fundamental no acompanhamento cuidadoso das políticas públicas voltadas para o enfrentamento às disparidades educacionais e para a compensação da dívida histórica com os segmentos privados do acesso à educação de qualidade e com dignidade. O objetivo deste trabalho é fornecer um panorama para análise das políticas públicas destinadas à expansão do acesso ao ensino superior na última década, e quais os desafios persistentes em Minas Gerais em comparação com os demais estados do sudeste. Para isso, são utilizados dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como as ferramentas disponibilizadas pelo Painel de Acompanhamento do PNE.

Considerando os objetivos propostos para o trabalho, o próximo tópico irá tratar do processo de expansão do ensino superior brasileiro e das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação para a educação superior. Em seguida, serão apresentados os resultados de Minas Gerais e suas aproximações e diferenças com os demais estados do Sudeste. Por fim, traremos as considerações finais deste estudo.

## **2. O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: METAS, AVANÇOS E DESAFIOS**

A expansão do ensino superior brasileiro se iniciou em 1960 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que igualou os diferentes diplomas de ensino médio que existiam à época para ingresso no ensino superior. Em 1968, a Reforma

Universitária, por um lado, começou a moldar o modelo de universidade pública que temos hoje - o regime semestral, a política de pós-graduação, a articulação de ensino, e pesquisa e extensão, entre outras medidas - e, por outro, abriu as portas para a entrada massiva do setor privado na oferta do ensino superior, que antes tinha majoritariamente escolas confessionais e de cunho não lucrativo e, a partir daí, passara a ter grande participação de grupos empresariais. De cerca de 93 mil matrículas no início da década de 1960, o sistema salta para 1,4 milhão de matrículas no início da década de 1980, sendo em 1980 as instituições privadas já majoritárias na oferta de ensino superior (SENKEVICS, 2021; JARDIM; ALMEIDA, 2019).

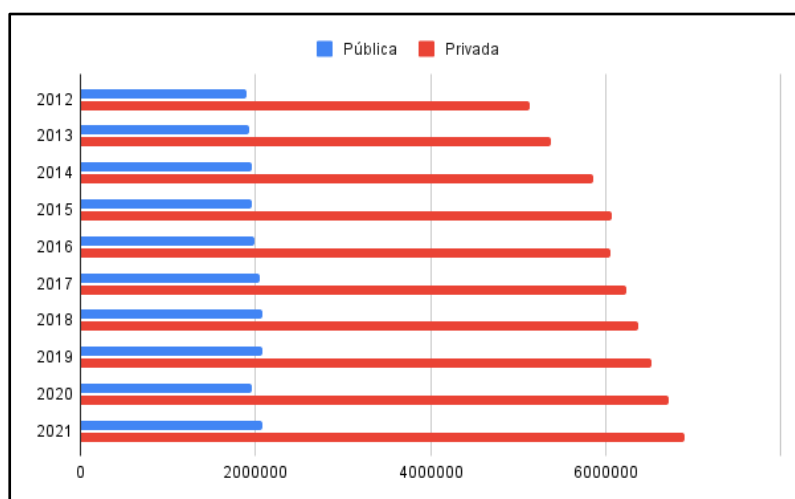
Esse aumento do número de jovens acessando o ensino superior nesse primeiro período de expansão, no entanto, se configurou mais um processo de elitização do que de democratização, já que a grande ampliação se deu na oferta privada e paga do ensino superior, possibilitando acesso somente a quem tivesse condições de pagar. Senkevics (2021) aponta que “enquanto 21% dos jovens do quinto com maior renda domiciliar *per capita* acessavam o ensino superior em 1993, entre os jovens dos dois quintos mais pobres, somados, essa proporção não passava de 1%” (SENKEVICS, 2021, p. 46). O recorte racial também evidencia as grandes desigualdades do sistema à época, onde 80% dos jovens que acessavam o ensino superior eram brancos, enquanto metade dos jovens da população eram não brancos - pretos, pardos e indígenas (SENKEVICS, 2021).

O segundo ciclo de expansão, a partir de 1995, representa, conforme a literatura, a passagem de um sistema de elite para um sistema de massas, à medida que houve um aumento significativo na oferta de vagas no ensino superior, o que possibilitou a inclusão de um número cada vez maior de pessoas nos níveis mais avançados da educação. Nesse período, o ensino superior brasileiro partiu de 1,8 milhão de jovens matriculados em 1995 para 8,0 milhões de matrículas em 2015, com a taxa de escolarização saltando de 6,8% para 21,3% da população entre 18 e 24 frequentando o ensino superior (SENKEVICS, 2021). Mais recentemente, com a crise de 2015 e a pandemia, observa-se um crescimento mais desacelerado, mas alcançando o número de 8,9 milhões de estudantes matriculados no ensino superior em 2021 (INEP, 2023).

Uma marca desse ciclo de expansão é o crescimento do setor privado de ensino superior, que passou a ser majoritário no Brasil. Essa participação majoritária do setor privado na oferta do ensino superior é demonstrada pelo gráfico 1. A participação do segmento nas novas matrículas na educação superior chegou a ser 3 vezes maior que o setor público em

2021 e vem crescendo desde 2012. Um fator importante que tem que ser levantado é que grande parte dessa expansão mais recente se deu, também, por uma expansão da oferta do ensino na modalidade de educação à distância, que hoje já possui mais ingressantes que a modalidade presencial (INEP, 2023). A pandemia ainda foi um fator que popularizou e tornou ainda mais comum esse formato de cursos.

**Gráfico 1 - Participação do segmento público na expansão de matrículas da graduação, Brasil, 2012-2021**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

Deve-se ressaltar que a expansão também impactou o setor público, principalmente a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tinha o objetivo, justamente, de ampliar o acesso e a permanência na graduação. A partir do programa, iniciado em 2007, foram criadas 14 novas universidades federais e abertos mais de 100 campi universitários, duplicando as matrículas na rede federal de ensino superior. Um outro efeito do programa, visando a redução das desigualdades regionais, foi a interiorização das universidades, possibilitando o acesso mais diverso à universidade (SENKEVICS, 2021).

Não se pode considerar, no entanto, o ensino superior como etapa singular. Senkevics e Carvalho (2020), ao traçarem o cenário de transformação das barreiras à educação para a juventude de 1995 a 2015, reafirmam que o primeiro obstáculo para o ingresso ao ensino superior permanece sendo a conclusão do ensino médio no Brasil. Ainda que a

universalização do acesso a este nível de ensino tenha crescido em mais de 10% nos últimos 10 anos, os autores chamam atenção para o fato de que as avaliações em larga escala para aferição do aprendizado de jovens nesta etapa de ensino são insatisfatórias. A de se reconhecer os avanços relativos à escolaridade média da população, assim como o aumento das taxas líquidas de escolarização no nível superior, no entanto, as desigualdades relativas à qualidade do atendimento no ensino médio se transformam em um filtro persistente para o acesso ao ensino superior, ao mesmo tempo em que o aumento da demanda pelo ensino superior não é alcançado pelo processo de expansão vivido por essa etapa de ensino, aumentando a concorrência pela entrada e reatualizando as velhas barreiras da desigualdade.

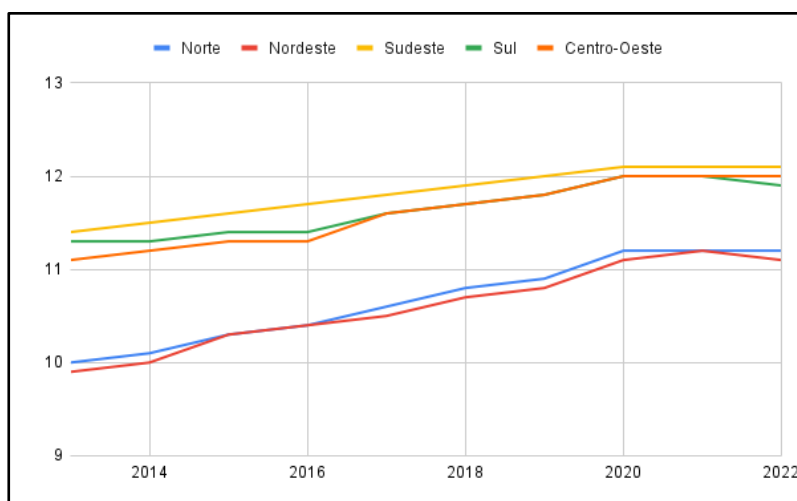
O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 2012 estabelecendo metas e estratégias para contornar alguns dos obstáculos enfrentados pela educação pública, do ensino fundamental ao ensino superior. O PNE traz duas metas relacionadas à escolarização de jovens e ao ingresso no ensino superior. A meta 8 propõe elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros. A meta 12 — elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público —, avaliando a eficiência das políticas públicas na democratização do acesso ao ensino superior (BRASIL, 2014).

Quando a meta 8 traz a elevação da escolaridade média para 12 anos de estudo, refere-se, a evolução dos anos de estudo dos jovens e o alcance aos níveis mais altos de escolaridade. O Brasil atingiu em 2022 uma escolaridade média de 11,7 anos de estudo para a população de 18 a 29 anos, ainda abaixo da meta proposta. Quando analisamos as regiões, por meio do gráfico 2, percebe-se que o Sudeste é a região com a maior escolaridade média, com 12,1 anos de estudo para essa população. Isso significa também que esses jovens estão chegando mais ao ensino superior, a medida que a média de anos de estudo já ultrapassou a quantidade de anos referentes à educação básica<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A partir de 2006, com a vigência da Lei nº 11.274, passou-se a entender a educação básica completa com 12 anos de estudo, 9 anos do Ensino Fundamental e 3 do Ensino Médio.

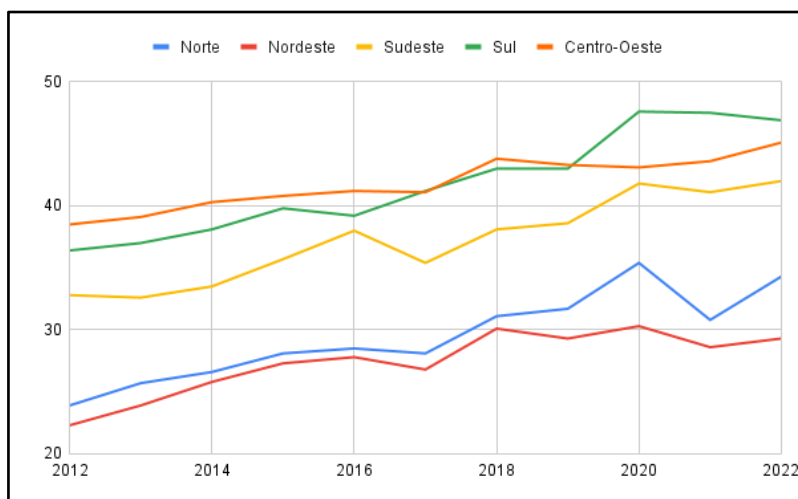
**Gráfico 2 - Escolaridade média, em anos de estudo, para a população de 18 a 29 anos, por grande região, 2013-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE com base em dados da Pnad Contínua

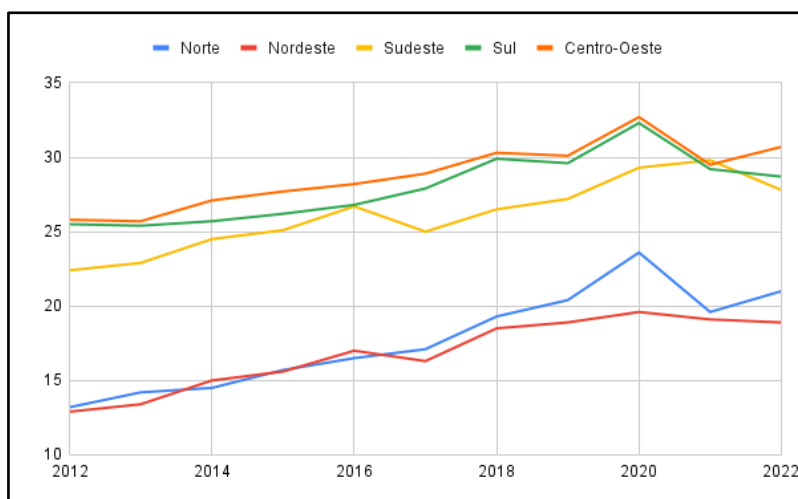
O acesso ao ensino superior é medido com mais precisão por meio dos índices relacionados à meta 12, que se refere às taxas de matrículas na educação superior. De acordo com dados do Censo da Educação Superior do Inep, de 2001 a 2010 o número de estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil mais do que dobrou. De 2012 a 2022, de fato, a taxa bruta de matrículas na graduação seguiu a tendência de crescimento, assim como a taxa líquida de escolarização no ensino superior, como é possível ver nos gráficos 3 e 4, porém ainda sem atingir a meta proposta. A região Sudeste já aparece abaixo das regiões Sul e Centro-Oeste tanto na taxa bruta de matrículas, quanto na taxa líquida de escolarização, que foi de 27,8% em 2022, ou seja, 27,8% dos jovens de 18 a 29 estavam matriculados na educação superior.

**Gráfico 3 - Taxa bruta de matrículas na graduação, por grande região, 2012-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE com base em dados da Pnad Contínua

**Gráfico 4 - Taxa líquida de escolarização na educação superior, por grande região, 2012-2022**



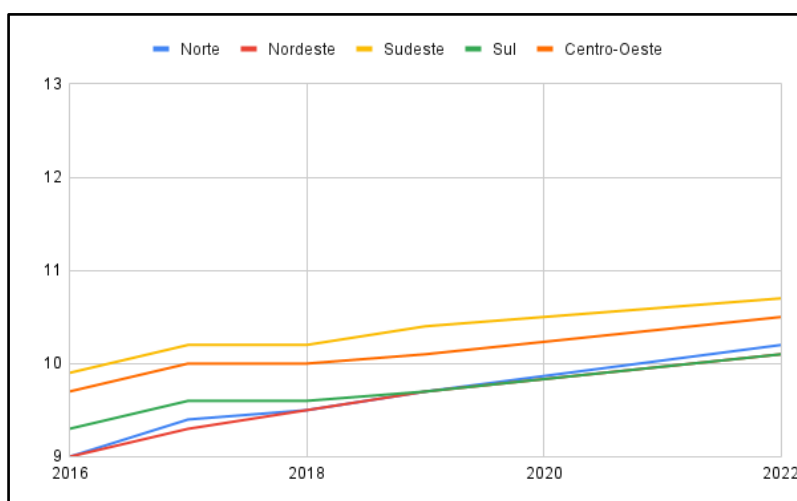
Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

Apesar do aparente êxito da região Sudeste em termos comparativos para diversos índices relacionados à educação, as disparidades persistem para os principais objetivos da meta 8 do PNE, que se referem à erradicação da desigualdade racial, regional e de renda. Isso significa que, em termos de compensação da dívida histórica com grupos historicamente marginalizados, os índices estão aquém da meta estabelecida. O gráfico 5 nos mostra uma realidade em que a população mais pobre ainda possui uma escolaridade mais baixa se comparada à escolaridade média global, atestando a persistência da desigualdade por renda, ainda que ela tenha diminuído na última década. Enquanto a escolaridade média para o total



da população entre 18 e 29 anos na região Sudeste é de 12,1 anos de estudo, quando analisamos os 25% mais pobres essa escolaridade média cai para 10,7 anos de estudo, no ano de 2022. O Sudeste ainda apresenta resultados melhores em relação às demais regiões e ao Brasil, que atingiu 10,3 anos de escolaridade média entre os 15% mais pobres.

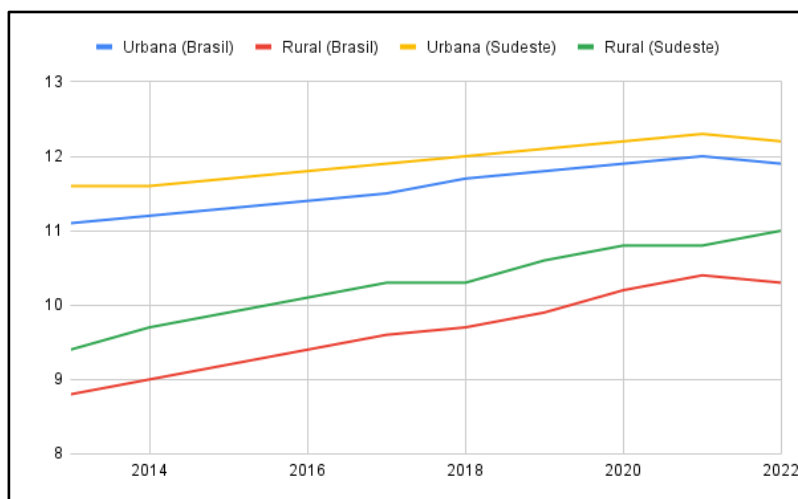
**Gráfico 5 - Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres, por grande região, 2016-2019 e 2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

A meta 8 ainda versa sobre outros aspectos das desigualdades educacionais e também propõe e objetiva a eliminação das desigualdades tanto geográficas, quanto raciais. O gráfico 6, por sua vez, mostra a disparidade na escolaridade média entre pessoas residentes na zona urbana e na zona rural, que vem diminuindo ao longo dos anos, mas ainda está distante da meta e da equidade. A população residente na zona rural ainda possui menos oportunidades educacionais e uma escolaridade média mais baixa, que no Sudeste é de 11 anos de escolaridade média, enquanto a população residente na zona urbana tem 12,2 anos de escolaridade média.

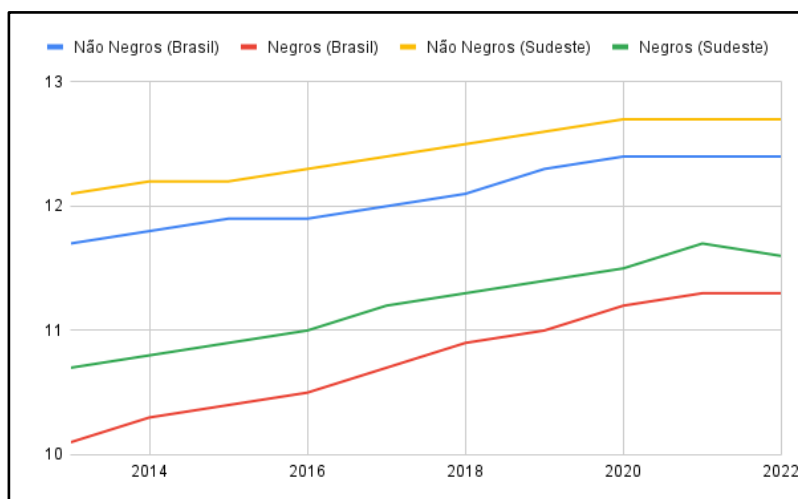
**Gráfico 6 - Escolaridade média, em anos de estudo para a população de 18 a 29, anos por localização, Sudeste e Brasil, 2013-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

O gráfico 7 mostra que a escolaridade média das pessoas não negras é maior do que a de pessoas negras e até já supera a meta proposta. Enquanto a população negra possui uma escolaridade média de 11,6 anos de estudo na região Sudeste, a população não negra tem uma escolaridade média de 12,7 anos de estudo. Cabe destacar que a escolaridade média da população evoluiu de 10,7 para 11,6 anos de estudo nos últimos 10 anos, resultados expressivos, que podem ser relacionados às políticas implementadas para acesso dessa população aos níveis mais altos de ensino.

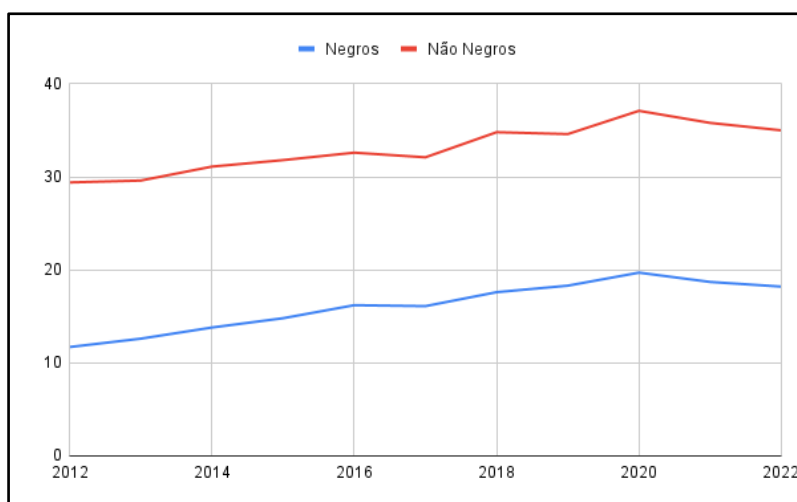
**Gráfico 7 - Escolaridade média, em anos de estudo para a população de 18 a 29 anos, por raça, Sudeste e Brasil, 2013-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

Um das dessas políticas, as cotas começaram a ser implementadas independentemente pelas universidades, até que em 2012, foi implementada a política de cotas para instituições federais de ensino superior, por meio da Lei 12.711/12. A Lei prevê a reserva de vagas nas instituições de ensino superior para estudantes oriundos de famílias de baixa renda e para negros. Se vê, conforme o gráfico 8, que a partir da Lei de Cotas há um aumento da escolarização da população negra. A Lei de Cotas representa uma conquista para não somente aumentar a diversidade do público discente, mas de promover essa diversidade nos cursos de alta demanda, que apresentam significativa sub-representação de estudantes negros, de baixa-renda e oriundos de escolas públicas.

**Gráfico 8 - Taxa líquida de escolarização na educação superior por raça, Brasil, 2012 a 2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

As bolsas e financiamentos estudantis também foram políticas implementadas com esses objetivos, que colaboraram para o acesso da população de menor renda à universidade, mas também para a expansão do sistema de ensino, principalmente privado (SENKEVICS, 2021). O Programa Universidade para Todos (Prouni) oferece bolsas de estudo, integrais e parciais, para acesso à rede privada de ensino, de acordo com critérios de renda familiar, cor/raça e trajetória escolar. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é uma política de crédito estudantil, com juros subsidiados, que financia o acesso ao ensino superior dos estudantes. Ambos os programas fizeram com que o acesso ao nível superior aumentasse: o

número de novas bolsas do Prouni partiu de 112 mil em 2005 para 413 mil em 2019; o número de novos contratos do Fies partiu de 68 mil em 1999, chegando a ser 733 mil em 2014 e em 2019 foram de 85 mil (SENKEVICS, 2021).

O acesso ao ensino superior representa, em especial para a juventude, um meio para melhores oportunidades remuneratórias, assim como um caminho para a conquista da autonomia. Isso indica a necessidade não apenas de massificação, mas também de políticas que promovam a diversidade do corpo discente. Nesse processo de expansão, com o objetivo de incluir segmentos mais representativos da população e superar essas desigualdades, que foram implementadas essas políticas afirmativas no sistema de ensino. O acesso à universidade, nesse contexto, é visto como um meio de consolidar a democracia e promover a equidade social.

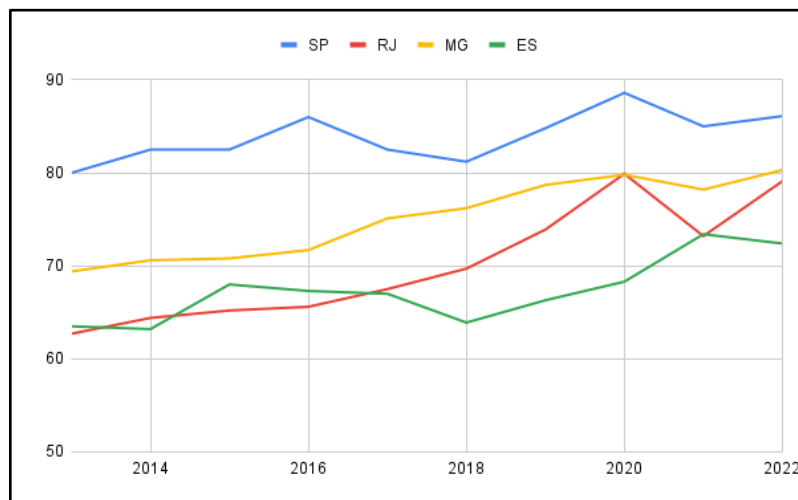
### **3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MINAS GERAIS: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES COM O SUDESTE BRASILEIRO**

A região Sudeste e o estado de Minas Gerais, o foco deste trabalho, historicamente gozam de desenvolvimento econômico superior às demais regiões do país, fato que é relacionado ao sucesso das exportações de café desta região durante o século XIX e consequente industrialização no século XX (LEFF, 1972). Este fenômeno se reflete nos índices relacionados aos direitos de segunda geração, como saúde e educação. Aqui, pretende-se fornecer esse panorama de análise por meio dos dados de conclusão do ensino médio, de escolarização e de ingresso ao ensino superior em Minas Gerais, de maneira a avaliar o crescimento do acesso, as velhas barreiras de raça de classe aos diferentes níveis, e as configurações possíveis para novas barreiras relacionadas à escolarização de jovens.

Inicialmente, considerando o Ensino Médio como primeira barreira para o acesso ao Ensino Superior, é interessante observar que Minas Gerais figura em segundo lugar, entre os estados do Sudeste, no percentual de jovens que frequentam ou já concluíram a educação básica, conforme mostra o gráfico 9. Em 10 anos, essa porcentagem passou de aproximadamente 70% para aproximadamente 80%, mostrando que a universalização do acesso e conclusão a esta etapa de ensino é uma barreira que vem sendo superada progressivamente no estado. À medida que mais pessoas concluem o Ensino Médio, mais

peças estão aptas a acessar a educação superior, mas, também, mais formada e capacitada é a população.

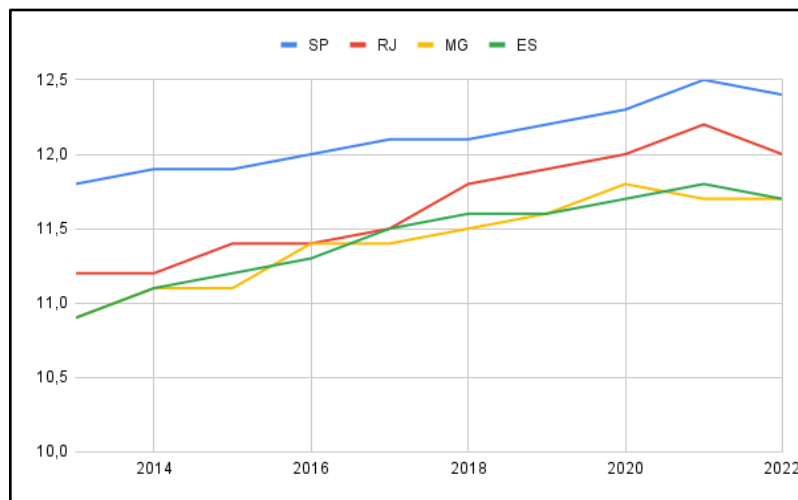
**Gráfico 9 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o ensino médio ou já havia concluído a educação básica, SP, RJ, MG e ES, 2013-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

Quando analisamos a escolaridade média, tal qual a meta 8 do PNE, para a população mineira, vemos que, apesar de o Sudeste já ter atingido a meta de 12 anos de escolaridade média (Gráfico 2), Minas Gerais figura no último lugar entre os estados do Sudeste, com a menor escolaridade média. O Gráfico 10 mostra que enquanto São Paulo e Rio de Janeiro já alcançaram os 12 anos de escolaridade média, Minas Gerais ainda está abaixo com 11,7 anos.

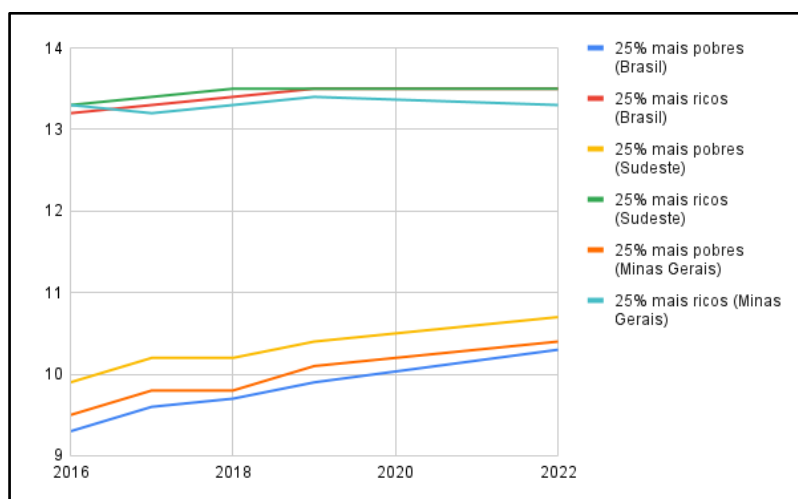
**Gráfico 10 - Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade em SP, RJ, MG e ES, 2013-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

No entanto, essa conclusão do ensino médio já não é igualitária, já sendo um filtro para a diversidade no ensino superior. O gráfico 11 mostra que o quartil de renda mais baixo da população, a população mais pobre, também possui uma escolaridade média mais baixa em relação ao quartil mais rico. A escolaridade média do quartil mais pobre em Minas Gerais foi de 10,4 anos de estudo em 2022, enquanto a escolaridade média do quartil mais rico foi de 13,3 anos de estudo. O gráfico no entanto nos mostra que, apesar dos desafios, existe uma tendência de crescimento da escolaridade dessa população.

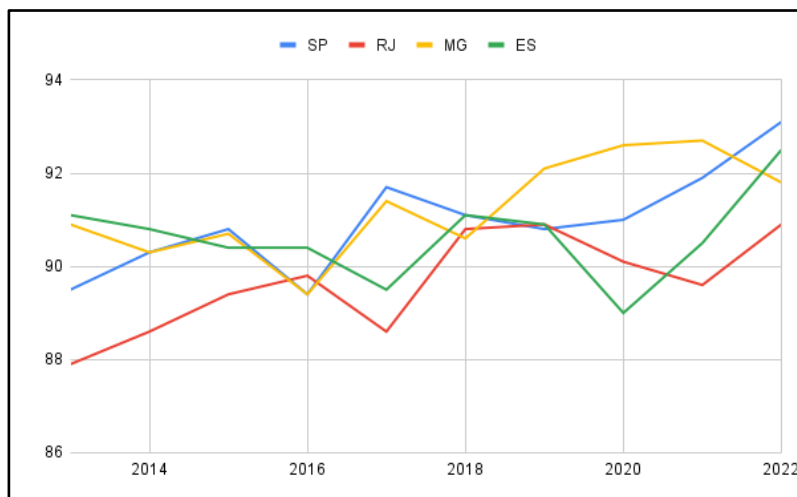
**Gráfico 11 - Escolaridade média, em anos de estudo, para a população de 18 a 29 anos por renda domiciliar per capita, Brasil, Sudeste e Minas Gerais, 2016-2019 e 2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

Se tratando de desigualdade racial, analisando os valores da razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros de 18 a 29 anos, Minas Gerais apresentava desempenho satisfatório em termos comparativos com a grande região, com a evolução da razão percentual até 2021. A ideia do indicador é que quanto mais próximo de 100, melhor, indicando uma igualdade entre a escolaridade de negros e não negros. No entanto, de 2021 para 2022 foi demonstrado uma queda na razão e, conseqüentemente, uma maior desigualdade entre a escolaridade de negros e não negros. Enquanto a população negra possuía 11,3 anos de escolaridade, a população não negra possuía 12,3 anos de escolaridade média em Minas Gerais, em 2022.

**Gráfico 12 - Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos em SP, RJ, MG e ES, 2013-2022**



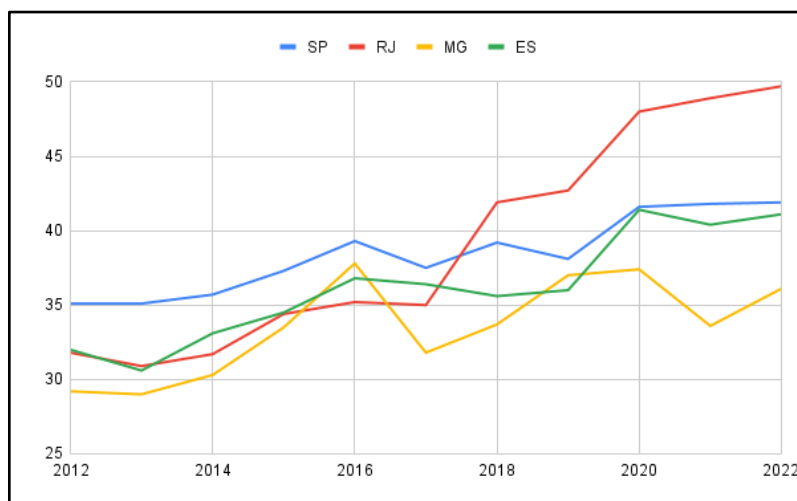
Fonte: Painel de Monitoramento do PNE com base em dados da Pnad Contínua

Partindo para análise do Ensino Superior, um estudo de Ristoff (2014) demonstra que os investimentos na educação superior vêm mudando progressivamente o perfil do estudante universitário. Por meio da análise dos dados coletados pelo questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) em três dimensões - cor, renda mensal familiar, origem escolar e escolaridade dos pais - o autor aponta as principais mudanças deste perfil, a saber: as ações afirmativas contribuíram para aumentar o ingresso

de estudantes de origem popular na universidade, especialmente em cursos de baixa demanda, mas a origem social e econômica ainda é um fator determinante para o acesso ao ensino superior.

Primeiramente cabe levantar a evolução da taxa bruta de matrícula em Minas Gerais, seguindo a meta 12 do PNE. A taxa bruta de matrículas no ensino superior, mostrada no gráfico 13, revela o crescimento de quase 10%, chegando a 36,1% em 2022, o que ratifica o processo de expansão do nível de ensino e um aumento no número de pessoas acessando o ensino superior. Medeiros, Vieira e Torres (2014), mostraram que o Reuni possibilitou a expansão de novas campi para outras cidades, um aumento do número de cursos e do número de vagas ofertadas.

**Gráfico 13 - Taxa bruta de matrículas na graduação em SP, RJ, MG e ES, 2012-2022**

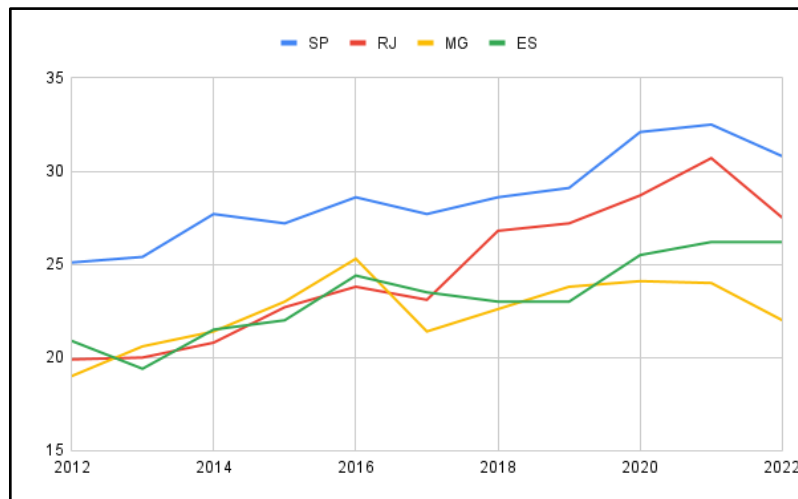


Fonte: Painel de Monitoramento do PNE com base em dados da Pnad Contínua

A meta 12 do PNE também prevê o aumento da taxa líquida de escolarização para estudantes de 18 a 24 anos para 33% até 2024 e, em 2022, alcançou a marca de 22% para Minas Gerais, conforme o gráfico 15. Esse valor fica abaixo dos demais estados do Sudeste, cabendo ressaltar o fator das diferenças geográficas, já que Minas Gerais possui a maior extensão territorial - sendo maior que os outros três somados -, um grande número de municípios e, conseqüentemente, uma dificuldade de interiorização do Ensino Superior no Estado, apesar dos avanços com o Reuni.



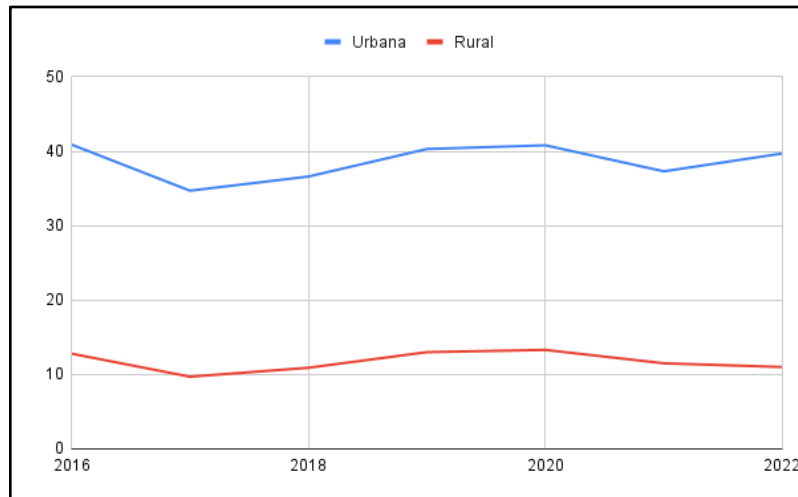
**Gráfico 14 - Taxa líquida de escolarização na educação superior em SP, RJ, MG e ES, 2012-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE com base em dados da Pnad Contínua

O gráfico 15 corrobora para essa análise da dificuldade da regionalização e interiorização. Ele mostra que a taxa bruta de matrículas na população residente na zona rural, que é de 11%, é muito menor que a da população residente na zona urbana, que chegou a 39,7% no estado..

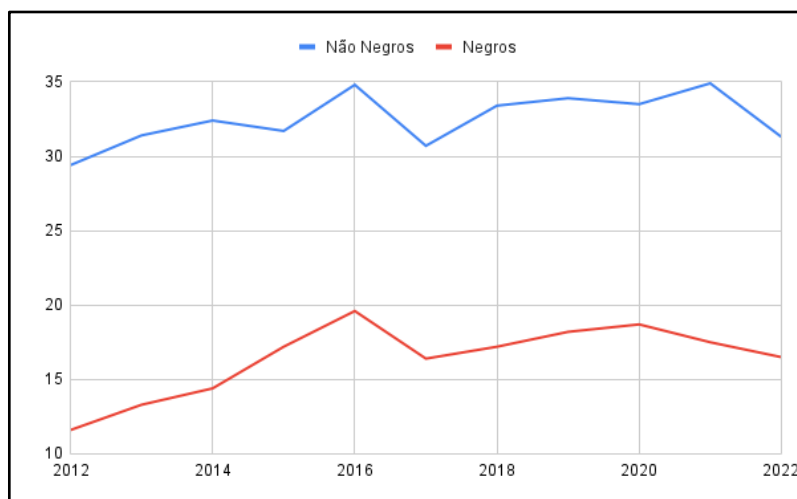
**Gráfico 15 - Taxa bruta de matrículas na graduação em Minas Gerais por localização, 2016-2019 e 2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE, com base em dados da Pnad Contínua

Quando comparamos esses dados por raça (negros e não negros), por meio do gráfico 16, vê-se que houve um crescimento de escolarização de negros no ensino superior em Minas Gerais de 4,9% no último decênio, com uma diferença de 14,8% para não negros em 2022. Segundo estudo realizado por Karruz (2018) acerca dos efeitos da Lei de Cotas sobre oferta e demanda para grupos desfavorecidos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é importante notar que houve, sim, de maneira geral, um aumento da possibilidade de acesso para estudantes negros e de baixa renda no ensino superior, mas o presente artigo atesta a hipótese de que, ao menos em Minas Gerais, o aumento da oferta para estes grupos não acompanha o processo de universalização do Ensino Médio vivido pelo estado, e nem é eficiente em corrigir os efeitos da desigualdade persistente entre os oriundos da rede pública de ensino e os da rede privada, especialmente se vem crescendo a demanda pelo acesso a este nível de ensino, aumentando a concorrência.

**Gráfico 16 - Taxa líquida de escolarização na educação superior por raça, Minas Gerais, 2012-2022**



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE com base em dados da Pnad Contínua (2012-2022).

Em estudo realizado antes da aprovação da Lei de Cotas, Daflon, Feres Jr. e Campos (2013) constataram que em 2012 a região Sudeste apresentava a menor porcentagem de vagas reservadas para as políticas de ações afirmativas do país em universidades públicas federais. Os dados, obtidos por meio do quociente da proporção de vagas ofertadas pelas cotas raciais e a proporção de indivíduos autodeclarados negros, demonstram que naquele momento a região representava o mais baixo índice de inclusão racial do país. No estudo já mencionado realizado por Lima e Brighenti (2023), constata-se que em Minas Gerais, apesar da predominância da população negra no estado, elas ocupam, majoritariamente, a rede estadual e municipal de ensino básico, onde o desempenho no ENEM é significativamente mais baixo em comparação com a rede privada a rede federal, onde predominam estudantes brancos.

Esses dados impactam no sucesso da juventude negra ao cursar o ensino superior, que é confirmado pelo relatório do IBGE de indicadores sociais que afirma que entre jovens de 18 a 24 anos, “um jovem de cor ou raça branca tem, aproximadamente, duas vezes mais chances de frequentar ou já ter concluído o ensino superior que um jovem de cor ou raça preta ou parda – 35,7% contra 18,9%” (IBGE, 2020b, p.87) e que, apesar das políticas de ações afirmativas terem promovido o acesso à universidade para um grande contingente dessa juventude “o perfil do estudante de nível superior não reflete ainda a distribuição por cor ou raça da população jovem brasileira” (IBGE, 2020b, p.95). Essa desigualdade se mostra

refletida em dados produzidos em estudos como o de Lima e Brighenti, que reafirmam a pertinência da Lei de Cotas e de sua reatualização diante da persistência de desigualdades educacionais em Minas Gerais.

Em estudo recente, Silva (2019) avalia o tratamento das cotas em universidades do sudeste e destaca que o foco dessas políticas no ingresso de estudantes socioeconomicamente vulneráveis não é suficiente para combater a iniquidade, que permanece pouco alterada em relação à permanência e pós- formação desses estudantes. O autor pontua que existem iniciativas nas universidades do sudeste para lidar com essas questões, mas que são poucas e desarticuladas. Já no estudo de Fernandes e Oliveira (2019), fica evidente que as políticas de assistência estudantil para estudantes cotistas são voltadas para o auxílio financeiro, quando esses estudantes enfrentam também obstáculos e violências simbólicas em razão de sua origem.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo geral fornecer um panorama para análise das políticas públicas destinadas à expansão do acesso ao ensino superior na última década, e quais os desafios persistentes em Minas Gerais em comparação com os demais estados do sudeste. Neste sentido, foram apresentados dados que demonstraram que a transição entre o ensino médio e o ensino superior é um gargalo para a continuidade dos estudos e para a trajetória escolar. Enquanto Minas Gerais, entre os estados do Sudeste, figura como segundo estado com mais jovens que frequentam o ensino médio ou concluíram o ensino básico, quando analisamos a taxa de matrículas na educação superior, o estado fica em último lugar.

É inegável, no entanto, o avanço que o estado vem tendo nos últimos em seus indicadores educacionais, principalmente os referentes à educação básica. Mais jovens têm concluído o ensino médio e a escolaridade média vem em uma tendência de crescimento. Cabe uma análise, portanto, se o ensino superior no estado, mesmo com a expansão dos últimos anos, tem sido capaz de absorver a demanda de uma quantidade maior de jovens concluindo a educação básica.

Com relação à redução das desigualdades, é possível afirmar que as políticas públicas destinadas à garantia do ingresso de grupos historicamente desfavorecidos têm sido capazes

de fazer frente ao aumento do efeito das condições socioeconômicas (raça, classe e localização) sobre a chance de entrada na universidade (CASEIRO, 2016). Os dados mostram um crescimento da escolaridade desses grupos e aumento no acesso ao ensino superior. Todavia, essa mudança não foi eficaz em romper inteiramente com esse efeito, que permanece uma realidade para a educação.

Ainda que seja inegável a importância das ações afirmativas para promover o acesso ao ensino superior para grupos historicamente marginalizados, Bernardino-Costa (2023) afirma que nos últimos dez anos de vigor da Lei 12.711/2012 não foram realizadas avaliações sistemáticas e abrangentes de seus efeitos, para que se realize o monitoramento, o aperfeiçoamento e a revisão deste sistema. O autor propõe, dentre uma série de recomendações, que sejam feitas avaliações de desempenho, retenção, evasão e conclusão de estudantes cotistas de maneira ajustar a lei para auxiliar esses estudantes egressos do ensino básico público, que encontram barreiras materiais e simbólicas para concluir o ensino superior.

O presente estudo, ao analisar o acesso de estudantes negros, pobres e de áreas rurais ao ensino superior em Minas Gerais defende que é atual e pertinente as políticas de ações afirmativas, como a Lei de Cotas, para caminhar rumo à melhoria de oportunidades para grupos historicamente marginalizados, e que a aplicação da lei cumpriu papel fundamental para o ingresso desses grupos no ensino superior. No entanto, reitera-se que esse acesso precisa ser aliado à programas de assistência estudantil eficientes em possibilitar a esses jovens oportunidades similares àqueles que vêm de privilégios educacionais historicamente construídos, para que o acesso democrático não seja desvinculado de seus fundamentos de equidade e de justiça social.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Leonardo et al. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 166-192, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Política afirmativa, democratização do acesso à universidade e propostas de avaliação: Lei de cotas teve papel central para a entrada de negros, indígenas e estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades públicas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 75, n. 1, p. 01-09, 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei Nº 13.0005, de 24 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação. **Série PNE em Movimento**, Brasília, n. 3, p. 40-40, 2016.

COSTA, B. L. D.; LIMA, L. F. C.; REIS, G. F. P. Entre o direito e o privilégio: a luta pelas oportunidades educacionais. In: COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes. **Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> Acesso em: 02 ago. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação - PNE.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGY5NWUyMDMtYzc0Mi00Y2Y5LTk3MmEtNThjMjJiY2NjNWExliwidCI6IjI2ZjczODk3LWw4YWw0NGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 26 mai. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf). Acesso em: 05 jun. 2023.

KARRUZ, Ana. Oferta, demanda e nota de corte: Experimento natural sobre efeitos da Lei das Cotas no acesso à Universidade Federal de Minas Gerais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, p. 405-462, 2018.

LEFF, Nathaniel H. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 26.1, p. 3-22, 1972.

LIMA, Cayo César Viana de; BRIGHENTI, Carla Regina Guimarães. Desempenho de estudantes de Minas Gerais no Exame Nacional do Ensino Médio considerando variáveis socioeconômicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, p. e253303, 2023.

MOKATE, K. Eficacia, eficiencia, equidad y sostenibilidad: ¿qué queremos decir?. Instituto Interamericano para el Desarrollo Social (INDES), **Series Documentos de Trabajo**, I-24, Washington, D.C, 2001.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 2, p. 389 a 430, 2011.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 19, p. 723-747, 2014.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. Um panorama das ações afirmativas em universidades federais do sudeste brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, p. 184-206, 2019.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Recursos familiares e transições educacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. S67-S76, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, p. 16-39, 2003.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O PERFIL DISCENTE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS MUDOU PÓS-LEI DE COTAS?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2019, v. 49, n. 172, p. 184-208. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145980>. Acesso em: 09 ago. 2023.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, p. 333-352, 2020.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 199-246, 2021.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 434p, 2021.

TEIXEIRA, Anísio. A crise educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 195, 1999.